



CASCAIS
DINÂMICA

Gestão da Economia, Turismo
e Empreendedorismo

RELATÓRIO E CONTAS

1º Semestre

2018



CASCAIS
DINÂMICA

Gestão da Economia, Turismo
e Empreendedorismo

RELATÓRIO CONTAS 1º Semestre 2018

ÍNDICE

Empresa	3
Aeródromo Municipal de Cascais	5
Centro de Congressos do Estoril	12
Hipódromo Manuel Possolo	22
FIARTIL - Recinto de Eventos	26
Organização da Empresa	29
Demonstrações Financeiras	30



A empresa Cascais Dinâmica – Gestão de Economia, Turismo e Empreendedorismo, E.M, S.A tem por objeto social promover, realizar e desenvolver atividades nos domínios do desenvolvimento turístico, turístico-cultural e da prática desportiva no Concelho de Cascais, de forma a contribuir para o desenvolvimento económico sustentável do Concelho. O objeto social compreende o exercício das seguintes atividades:

- a) Construção de equipamentos e infraestruturas;
- b) Desenvolvimento de iniciativas de animação turística no concelho de Cascais;
- c) Gestão, conservação, manutenção e beneficiação de infraestruturas e equipamentos desportivos e culturais, incluindo os seus espaços exteriores;
- d) Exploração direta ou por intermédio de terceiros de equipamentos municipais e de outros equipamentos e infraestruturas que integrem o património Municipal, cujos direitos de exploração haja adquirido, designadamente:
 1. Aeródromo Municipal de Cascais e infraestruturas adstritas à sua atividade;
 2. Centro de Congressos do Estoril;
 3. Hipódromo Manuel Possolo;
 4. FIARTIL- Feira do Artesanato do Estoril;
 5. Fortaleza da Cidadela de Cascais;
- e) Prestação de serviços de apoio ao Município de Cascais e a outras entidades públicas ou privadas no âmbito da promoção e organização de atividades e eventos turísticos, culturais e desportivos.

A sociedade tem ainda por objeto a fiscalização de concessões municipais e de concessões cuja fiscalização caiba ao Município, desde que respeitem áreas relacionadas com o desenvolvimento turístico, turístico desportivo e desportivo do Concelho de Cascais.

A sociedade poderá exercer como atividades complementares, o estudo, desenvolvimento e implementação de projetos de exploração de outras infraestruturas, nomeadamente de infraestruturas aeroportuárias e quaisquer atividades relacionadas com a prossecução do objeto atrás referido.

Compreendem-se ainda no objeto da Empresa todas as atividades acessórias necessárias à boa realização do seu objeto.

O Conselho de Administração da sociedade é composto pelos seguintes elementos:

Presidente: Leonardo Bandeira de Melo Mathias

Administrador: Bernardo Corrêa de Barros

Administrador: Paula Gomes da Silva



CASCAIS AIRPORT

O Aeródromo continua o seu caminho de consolidação como infraestrutura aeroportuária de relevo no contexto nacional, mantendo-se uma referência na instrução e treino e com uma relevância cada vez maior no segmento da aviação executiva.

Depois de atingir, em outubro de 2017, o objetivo de assegurar a certificação do aeródromo em classe III, este foi o primeiro semestre completo onde se puderam observar os resultados do plano de desenvolvimento empreendido e da actual maior flexibilidade para receber voos internacionais.

Decorrente dos investimentos já realizados e das melhorias operacionais implementadas, o Aeródromo tem vindo a assumir um posicionamento diferenciado e o reforço da sua atratividade no contexto do sistema aeroportuário de Lisboa, particularmente no segmento da aviação executiva.

O segmento da instrução e treino atravessa um período de forte expansão, com muitas das escolas presentes no Aeródromo a reforçar a aposta na internacionalização dos seus cursos. Os alunos internacionais assumem actualmente uma percentagem importante dos alunos a frequentar o aeródromo, advindo daí benefícios evidentes para a economia local.

Em termos de evolução das operações, assiste-se a uma alteração da tipologia do tráfego no Aeródromo em linha com o objetivo estratégico de atração de mais aviação executiva.

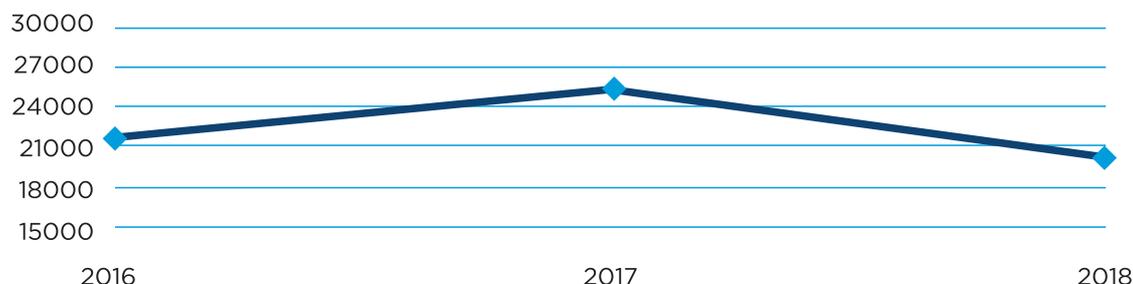
Assim, embora se assista a uma diminuição do número global de movimentos, importa notar a tonelagem média das aeronaves, que passou de 1,87 toneladas para 2,15 toneladas, conclui-se que o tráfego de aviação ligeira está a ser substituído por tráfego de aeronaves de maior tonelagem. Considerando que as taxas aeroportuárias são pagas em função do peso das aeronaves, e apesar do decréscimo no número global de movimentos, as receitas têm vindo a aumentar, assegurando assim a sustentabilidade da infraestrutura.

Apresenta-se de seguida uma breve análise estatística dos movimentos de aeronaves no Aeródromo por natureza do tráfego ao longo do primeiro semestre do ano.

Movimentos TOTAIS: Aterragem, descolagem e T&G (tocar e andar)

Depois de um aumento de movimentos verificado em 2017, assistiu-se a uma queda nos movimentos totais registados no primeiro Semestre de 2018, devido, essencialmente, à diminuição no número de voos de instrução e treino, conforme evidenciado abaixo.

1º Semestre 2016	1º Semestre 2017	1º Semestre 2018
21 411	25 558	20 527
	+19%	-20%

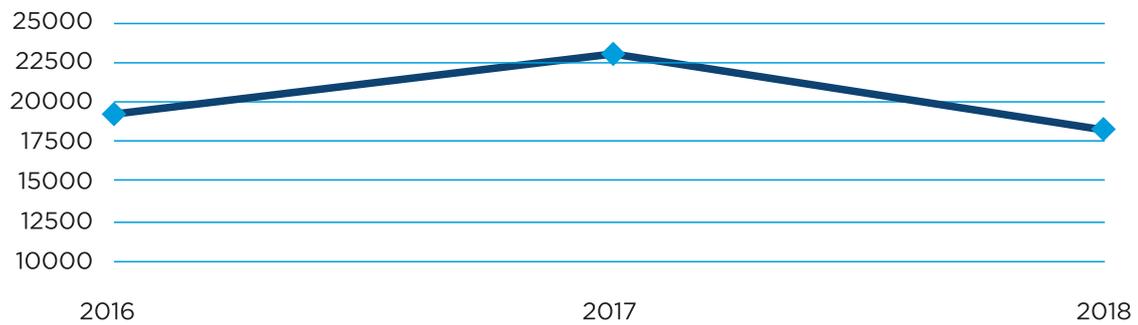


Movimentos de Voos de Instrução e Treino

Em termos quantitativos, os movimentos de instrução continuam a assumir a maior percentagem de entre os vários tipos de movimentos existentes no Aeródromo.

Depois de apresentarem uma melhoria em 2017, regista-se uma quebra no primeiro semestre de 2018. Esta quebra é motivada pela conjugação de vários fatores, por um lado, pelas condições atmosféricas adversas, que limitaram a realização deste tipo de movimentos, por outro lado, as escolas apontam igualmente uma escassez de instrutores de voo. Perspetiva-se para o resto do ano uma recuperação destes movimentos em função da melhoria da meteorologia.

1º Semestre 2016	1º Semestre 2017	1º Semestre 2018
19 152	23 118	18 058
	+21%	-22%

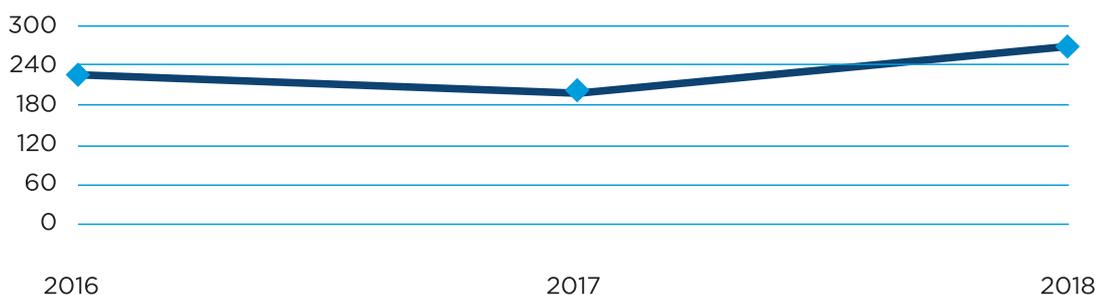


Movimentos de Trabalho Aéreo

Os movimentos de trabalho aéreo compreendem a utilização de aeronaves, mediante retribuição, para qualquer atividade (excetuando o transporte de passageiros, carga ou correio) e ainda a movimentação de pessoas, equipamentos e carga necessários à execução da atividade de trabalho aéreo contratado, desde que a distância do ponto de embarque e o de desembarque seja inferior a 50km. Incluem-se as atividades agrícolas, fotografia aérea, patrulha, vigilância, combate a incêndios, prospeção e construções, publicidade, serviços médicos e assistência, pulverização, luta contra a poluição, paraquedismo, entre outras.

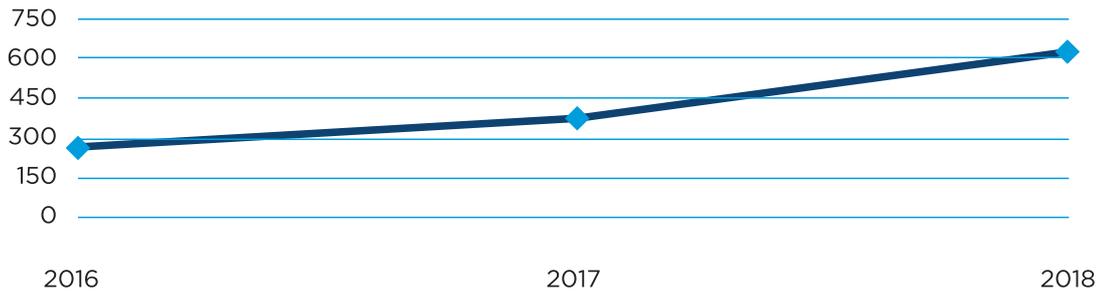
Apesar de um crescimento neste segmento durante o primeiro semestre do ano, os voos de trabalho aéreo apenas representaram 1% dos movimentos totais.

1º Semestre 2016	1º Semestre 2017	1º Semestre 2018
224	209	266
	-7%	+27%



Movimentos de voos Comerciais não Regulares

1º Semestre 2016	1º Semestre 2017	1º Semestre 2018
298	350	665
	+17%	+90%



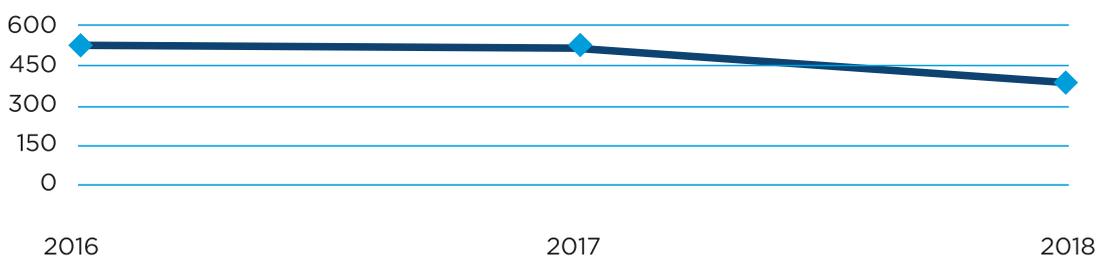
Movimentos de Voos Privados / Particulares

Os voos da chamada aviação executiva, que incluem voos comerciais não regulares, voos posição, voos ferry e também alguns com a classificação de privados, representam, em termos económicos (devido à sua tonelagem), uma quota-parte importante nos proveitos do Aeródromo.

Em linha com o objectivo estratégico de captação de mais aviação executiva, as operações de voos comerciais não regulares cresceram 90% no primeiro semestre deste ano.

Uma conjugação de fatores explica este crescimento, por um lado é reflexo da perceção dos operadores da melhoria operacional e do nível de serviço oferecido no Aeródromo, mas também de uma maior flexibilidade no regime de autorizações de voos decorrente da actual classe de certificação de aeródromo e de um estreito trabalho de colaboração com o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.

1º Semestre 2016	1º Semestre 2017	1º Semestre 2018
542	538	429
	-1%	-20%



Movimentos Regulares de Passageiros

1º Semestre 2016	1º Semestre 2017	1º Semestre 2018
826	932	930
	+13%	-0%

Com o início em 2015 da rota de serviço público de transporte aéreo entre Bragança-Vila Real-Viseu-Cascais-Portimão passou a existir esta nova categoria de movimentos.

Esta linha prevê, em horário de inverno que vigorou até 28 de março, 1 voo diário ida e volta e em horário de verão, em vigor até 27 de agosto, dois voos diários ida e volta.

Passageiros Locais



* Por passageiros locais entende-se todos aqueles com origem ou destino em Cascais.

Como se pode observar no gráfico acima, existe uma evolução positiva consistente desde 2016 do número de passageiros a utilizar a linha de e para Cascais.

A exploração desta rota de serviços aéreos regulares foi concessionada à AEROVIP (Grupo Sevenair) por um período de 3 anos até dezembro de 2018.

Abaixo encontra-se a informação do total de passageiros referentes às diferentes tipologias de tráfego. Em termos globais, assiste-se a um crescimento deste número na ordem dos 14% sendo particularmente relevante um crescimento de 82% do segmento de táxi aéreo associado à aviação executiva.

Movimentos Totais de Passageiros

	2017		2018	
	Embarcados	Desembarcados	Embarcados	Desembarcados
Passageiros Regular	1431	1549	1631	1902
Passageiros Privado	257	281	316	337
Passageiro Táxi Aéreo	390	317	671	613
Outros*	359	183	78	81
Totais	2437	2330	2696	2933

* Voos de Trabalho aéreo, Ferry, Instrução e Treino, Posição e Escala Técnica.

OBRAS E MANUTENÇÃO

No primeiro semestre de 2018, realizaram-se no Aeródromo, entre outros, os seguintes trabalhos de manutenção:

- ◆ Efectuada a manutenção aos geradores do Aeródromo;
- ◆ Em vigor o programa de desfibrilhação automática externa no Aeródromo;
- ◆ Em vigor o programa de desratização e desbaratização no Aeródromo;
- ◆ Efectuado o controlo metrológico da balança da Aerogare com emissão de Certificado de Verificação em 08 de fevereiro de 2018 - Válido até 31 de dezembro de 2018;
- ◆ Manutenção de extintores, recargas, manutenção de hidrantes, teste de pressão da mangueira, deslocação e manutenção do SADI;
- ◆ Manutenção das bombas hidráulicas foi executada em março a primeira das duas intervenções anuais programadas;
- ◆ Ensaio e verificação a máquinas industriais, do tipo veículos de bombeiros;
- ◆ Manutenção Preventiva aos equipamentos de AVAC, tendo a 1ª intervenção ocorrido no início de abril;
- ◆ Arranque da empreitada de reparação e reforço do Edifício Grupo SevenAir no Aeródromo;
- ◆ Vistoria à pista para efeitos de quantificação de zonas de limpeza a contratar;
- ◆ Desgasificação, limpeza e inertização de um depósito/tanque de combustível instalado no Aeródromo para alimentação de grupo gerador de emergência;




estoril
CENTRO DE CONGRESSOS

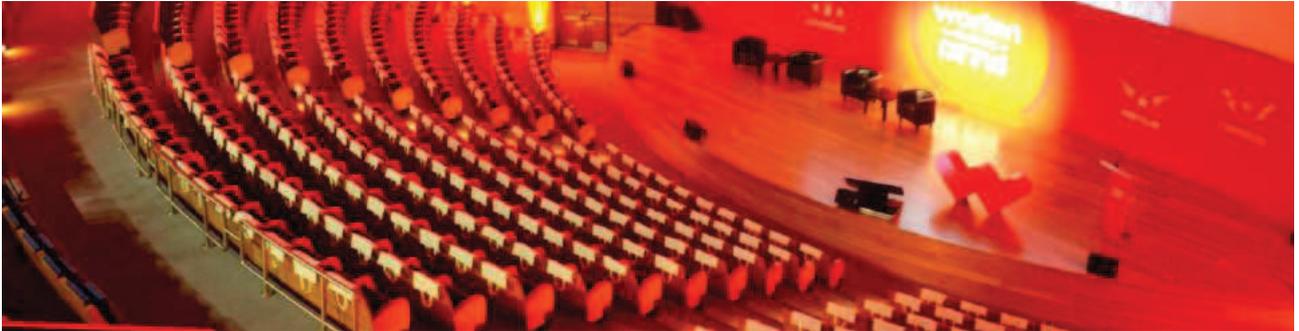
O Centro de Congressos é atualmente um espaço reconhecido, nacional e internacionalmente, com características ímpares e uma arquitetura moderna, oferecendo aos seus clientes versatilidade e flexibilidade e permitindo acolher diversos eventos com múltiplas características.

Localizado numa das zonas turísticas mais emblemáticas do país, a região Cascais/Estoril, dispõe de boas acessibilidades, a uma curta distância da capital e do Aeroporto Internacional de Lisboa, assim como do Aeródromo Municipal de Cascais, contando ainda com grande proximidade do Parque Natural Cascais/Sintra e com uma oferta hoteleira de excelência.

O espaço oferece funcionalidade, polivalência e comodidade, através de equipamentos de fácil adequação aos mais variados eventos, proporcionando uma maior rapidez na montagem e desmontagem de cada evento, economizando tempo e recursos e permitindo a sua adaptação às necessidades específicas de cada cliente.

O CCE conta com uma equipa experiente, dinâmica e motivada, dispendo cada cliente de um apoio total e personalizado através de um gestor de eventos dedicado, desde a apresentação da proposta / orçamento, à escolha dos diversos serviços complementares, até à realização e conclusão de cada evento.





A estratégia de Comunicação e Marketing do CCE assenta num modelo de negócio inovador, tendo por base a sua Política de Sustentabilidade e uma oferta de produtos e serviços sustentáveis para todo o tipo de eventos que se concretizam no seu espaço, maximizando as experiências dos clientes e minimizando o seu impacto ambiental.

Utilizando critérios de sustentabilidade e responsabilidade social em eventos e valorizando os recursos naturais e a gastronomia local, o CCE tem apostado na diferenciação e inovação num sector cada vez mais exigente e competitivo, procurando alavancar a projeção internacional da oferta de turismo de negócios de toda uma Região.

Sendo o único green venue na Península Ibérica e um case study internacional de sucesso em matéria de sustentabilidade, no sector do turismo de negócios, desperta regular interesse nos media nacionais e internacionais.

A estratégia comercial dos últimos anos, assentou na captação de mais eventos, por forma a aumentar a taxa de ocupação e respetiva faturação anual, estratégia que permitiu inverter a tendência e que levou ao aumento de solicitações, ao aumento de eventos, e consequentemente ao aumento da faturação e da fidelização de novos clientes.

EVENTOS EM DESTAQUE

Evento: UNILEVER
Entidade: UNILEVER
País: Portugal



O Centro de Congressos do Estoril acolheu a apresentação dos novos produtos para o verão de 2018 da marca Olá. Este evento contou com a presença de 500 pax internacionais.

De notar que é o segundo ano consecutivo que esta empresa escolhe o CCE para apresentação dos seus produtos.



EVENTOS EM DESTAQUE

Evento: SAP Innovation Fórum
Entidade: SAP
País: Portugal



A SAP Portugal organizou o seu evento anual no Centro de Congressos do Estoril. Este evento reúne as principais empresas e organizações do sector em torno da digitalização dos negócios.



A edição deste ano, cujo tema principal foi The Intelligent Enterprise, teve como oradores internacionais convidados Martin Wezowski, Upen Barve e Tom Raftery, que são referências no seu sector.



EVENTOS EM DESTAQUE

Evento: HORASIS GLOBAL MEETING
Entidade: HORASIS
País: Suíça

Horasis
The Global Visions Community

O Centro de Congressos do Estoril foi o palco escolhido para acolher a Horais Global Meeting. Sob o tema “Inspirando o futuro”, este evento juntou mais de 600 líderes mundiais de 70 países, entre políticos, empresários e especialistas, para debater ideias sobre um futuro sustentável.

Entre palestras, conferências e espaços de diálogo, ao longo de quatro dias tiveram lugar mais de 60 sessões nesta mega reunião mundial, em que os participantes juntam esforços para encontrarem respostas aos desafios do crescimento mundial das divisões políticas, económicas e sociais.



EVENTOS EM DESTAQUE



O encontro contou com a participação de um conjunto alargado de individualidades, das quais se destacam as seguintes participações:

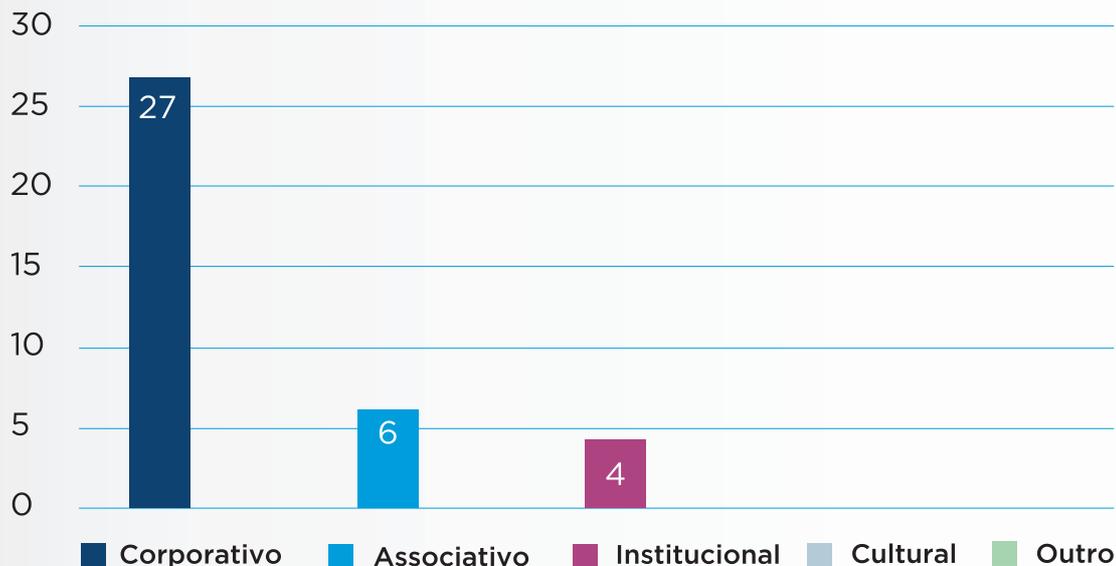
- Marcelo Rebelo de Sousa, Presidente da República Portuguesa;
- Peter Mutharika, Presidente do Malawi;
- Armen Sarkissian, Presidente da Arménia;
- Jovenel Moïse, Presidente do Haiti;
- O príncipe El Hassan bin Talal da Jordânia;
- Mohamed ElBaradei, ex-vice-presidente do Egito e Prémio Nobel da Paz;
- O Presidente da Goldman Sachs International, José Manuel Durão Barroso;
- O CEO da Quantum Leaps Corporation, Nobuyuki Idei;
- O Vice-presidente da McLarty Associates, John D. Negroponte.



ANÁLISE ESTATÍSTICA

Durante o primeiro semestre de 2018, o CCE teve 84 dias de ocupação, com a realização de 37 eventos.

Natureza do Evento

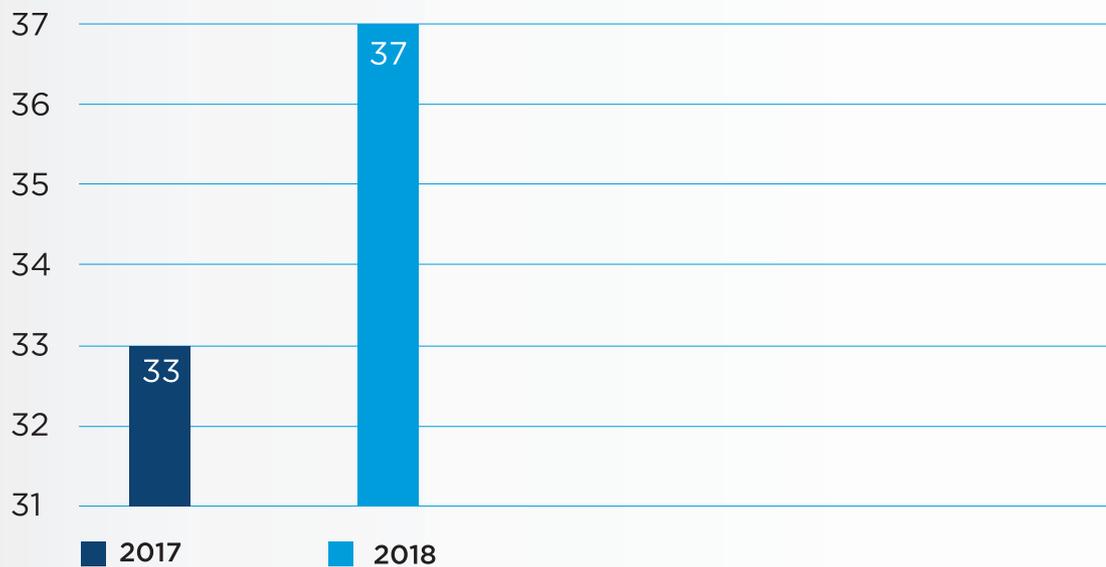


Em relação aos clientes, destaque para o mercado nacional fidelizado:

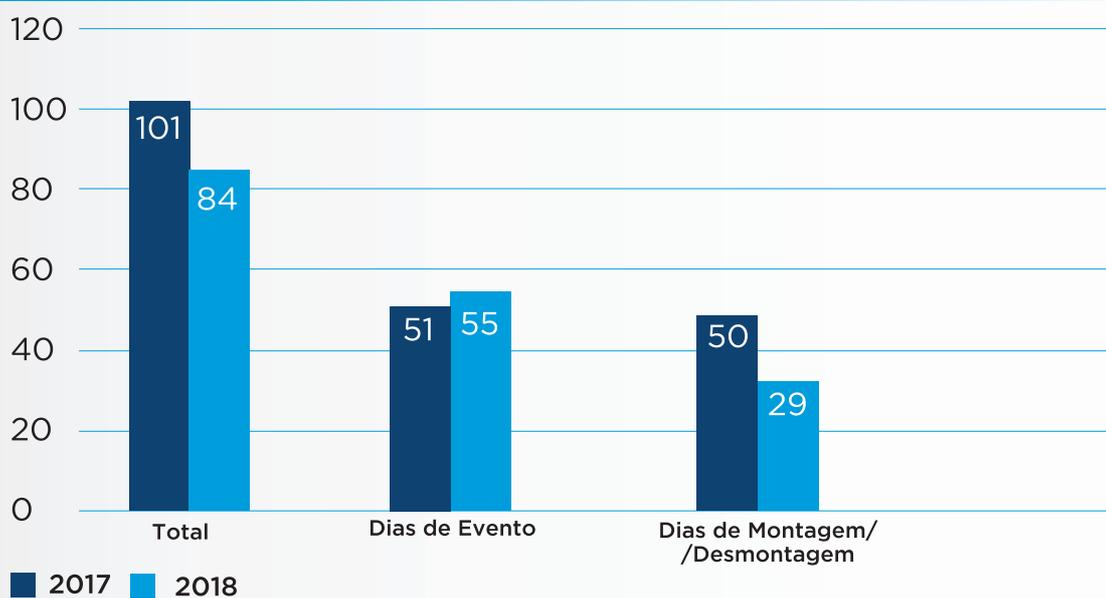
Âmbito do Evento



Número de Eventos



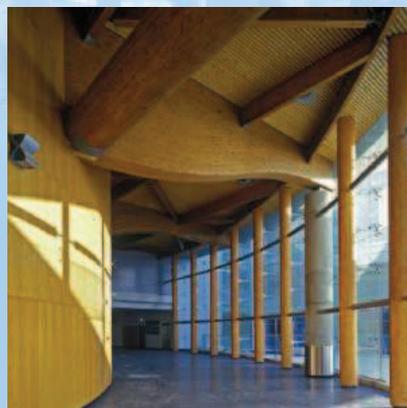
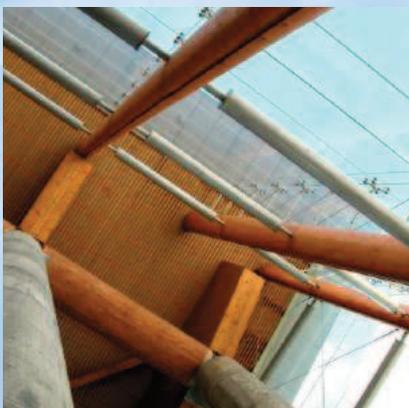
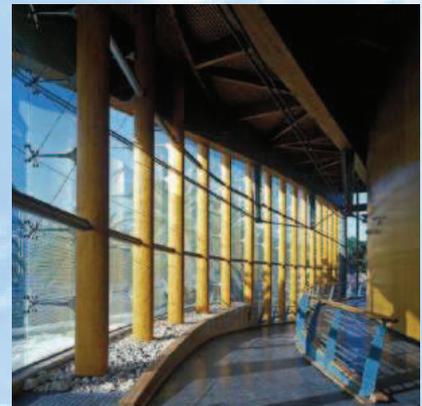
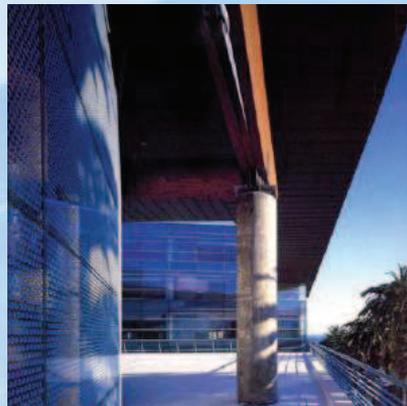
Dias de Ocupação



OBRAS E MANUTENÇÃO

No primeiro semestre de 2018, realizaram-se no Centro de Congressos, entre outros, os seguintes trabalhos de manutenção:

- ◆ Manutenção dos equipamentos de AVAC e restantes equipamentos de acordo com o Plano de Manutenção Preventiva e Vistorias Mensais ao Edifício do Centro de Congressos;
- ◆ Em vigor o programa de desratização e desbaratização no edifício do Centro de Congressos;
- ◆ Em vigor o programa de desfibrilhação automática externa no Centro de Congressos;
- ◆ Em curso o aumento de potência no Edifício do Centro de Congressos;





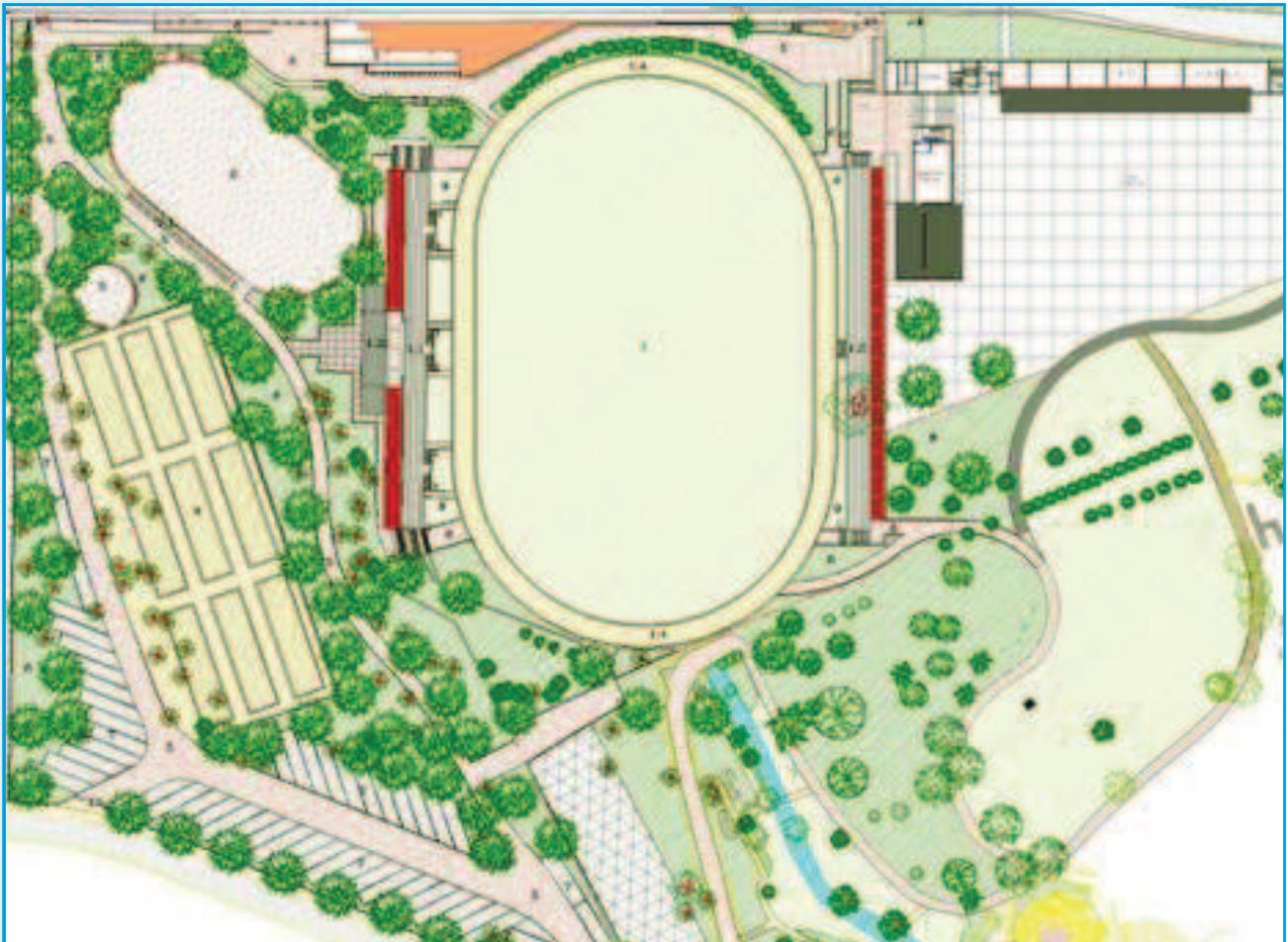
HIPÓDROMO MANUEL POSSOLO

O Hipódromo Manuel Possolo é um equipamento emblemático do Concelho de Cascais, que recebeu as mais importantes provas hípcas ao longo dos tempos.

Localizado numa zona nobre da Vila de Cascais, tem na sua centralidade um grande factor de atractividade e comodidade, inserido em pleno Bairro dos Museus, próximo da Marina e de vários hotéis e contíguo ao Parque Marechal Carmona.

Com cerca de 30.000m², o recinto é composto por três zonas distintas, mas complementares:

- ① Pista Relvada (com 7.000m²)
- ② Área Central, com edifício de apoio, bancada principal e campo de aquecimento
- ③ Plataforma para Boxes e/ou Estacionamento (150 viaturas)



O Hipódromo acolhe não só provas hípcas como também a prática de outros desportos e outros eventos turístico-culturais (a saber, espectáculos musicais, apresentações comerciais, manifestações religiosas e culturais). Dispõe de amplas bancadas e instalações para o público, boas acessibilidades e estacionamento. Em termos equestres, as instalações técnicas permitem receber competições equestres de nível internacional.

Na gestão do Hipódromo, as principais preocupações ao longo do semestre prenderam-se com a limpeza dos edifícios, com a manutenção do relvado, com a manutenção dos restantes equipamentos/ instalações (rede de águas, instalações eléctricas, som, gás; telefones e internet), articulação/gestão do parque de estacionamento com a Cascais-Próxima.

Tendo em conta a inexistência de uma estrutura permanente no Hipódromo, as manutenções/remodelações/reparações são efectuadas principalmente com recurso a outsourcing, sendo também incumbência da Cascais Dinâmica o acompanhamento dos trabalhos dos diferentes prestadores de serviços.

Também durante o primeiro semestre, houve lugar à gestão da calendarização dos eventos (incluindo períodos de montagens/desmontagens), a reuniões de preparação dos eventos, ao acompanhamento in loco dos eventos, e à coordenação com as outras Empresas Municipais sobre a complementaridade de espaços, equipamentos e serviços.



Principais Eventos realizados durante o primeiro semestre:

Janeiro a Junho:

Treinos semanais das equipas de rugby do Grupo Dramático e Sportivo de Cascais

Abril: ■ “FRISBEE” ■ “Fanfarra GNR”

Mai: ■ “Festa Nacional Rugby/Juventude”

Junho: Hipismo: ■ “CSI/Global Champions Tour” ■ “Festival A. P. Sanguê Lusitano”





FIARTIL

RECINTO DE EVENTOS

A FIARTIL, feira de artesanato mais antiga do País, continua a ser o pilar económico do recinto, pelos valores que movimenta e por ser um evento com mais de 2 meses de duração.

Desde 2017 que a FIARTIL conta com uma nova estratégia, tentando introduzir modernidade sem descaracterizar o conceito que tanto sucesso tem tido.

Em resultado do novo conceito de espaço e de animação, bem como de melhorias significativas nas infraestruturas e de outras medidas implementadas, assistiu-se em 2017 na FIARTIL a um acréscimo significativo no número de visitantes.

Para além da área de exposição, composta por uma centena de stands, a Feira do Artesanato conta com um programa de animação musical diário, para além de uma oferta gastronómica diversificada.

No primeiro semestre já se verificou a tendência de realização de outros eventos no recinto FIARTIL, que funciona em paralelo ou como complemento ao Centro de Congressos. De destacar a realização dos seguintes eventos:

- Summer Market Stylista (26 e 27 de maio);
- Bossa Market (9 e 10 de junho);
- Evento complementares ao CCE (junho).



Em 2018, e ao contrário de outras edições, a FIARTIL apenas teve início no segundo semestre do ano (no dia 5 de julho), prolongando-se até ao início de Setembro (até ao dia 9 de setembro).

Durante o primeiro semestre, as principais intervenções realizadas no recinto da FIARTIL foram as seguintes:

- Levantamento e arranjo de avarias e novas necessidades logísticas para eventos de 2018;
- Remodelação da rede águas e esgotos;
- Projecto/Obra dos WCs;
- Manutenção e remodelação dos stands e restaurantes;
- Pavimentos/calçetamentos;
- Limpeza e manutenção do pinhal;
- Limpeza dos telhados e algerozes.



ORGANIZAÇÃO DA EMPRESA

O mandato do Conselho de Administração da Cascais Dinâmica terminou a 31 de dezembro de 2017, tendo ocorrido uma Assembleia Geral no dia 11 de janeiro de 2018 em que foram reconduzidos os mesmos Órgãos Sociais para o quadriénio 2018/2021:

Presidente: Leonardo Bandeira de Melo Mathias
Administrador: Bernardo Corrêa de Barros
Administrador: Paula Gomes da Silva

QUADRO DE PESSOAL

O primeiro semestre de 2018 ficou marcado pela entrada de quatro colaboradores e pela saída de um colaborador.

Relação Entradas e Saídas de Pessoal Primeiro Semestre 2018:

Situação	Cat. Profissional
Entrada	Assistente Administrativo
Entrada	Administrativa
Entrada	Jurista
Entrada	Operador de Socorros e Emergência
Saída	Directora Administrativa e Financeira

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ÍNDICE

30 de junho de 2018

Balanço	2
Demonstração de Resultados	3
Demonstração de Alterações de Capitais Próprios	4
Demonstração de Fluxos de Caixa	5
Anexo às Demonstrações Financeiras	6
1 - Introdução	6
2 - Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	7
3 - Principais Políticas Contabilísticas	7
4 - Fluxos de Caixa	14
5 - Propriedades de Investimentos	15
6 - Ativos Fixos Tangíveis	16
7 - Ativos Fixos Intangíveis	17
8 - Outros Ativos Financeiros	18
9 - Clientes	18
10 - Fornecedores	19
11 - Estado e Outros Entes Públicos	19
12 - Outras Créditos a Receber	20
13 - Diferimentos	20
14 - Instrumentos de Capital Próprio	20
15 - Outras Dividas a Pagar	21
16 - Financiamentos Obtidos	21
17 - Prestação de Serviços	22
18 - Subsídios	22
19 - Fornecimento e Serviços Externos	22
20 - Gastos com o Pessoal	23
21 - Outros Rendimentos e Ganhos	23
22 - Outros Gastos e Perdas	24
23 - Juros e Outros Gastos Similares	24
24 - Imposto s/ o Rendimento	24
25 - Partes Relacionadas	26
26 - Informações Exigidas por Diplomas Legais	26

Balanço

(montantes expressos em euros)

RUBRICAS		30-jun-2018	31-dez-2017
Propriedades de Investimento	5	2 275 318,50	2 284 198,80
Ativos fixos tangíveis	6	28 500 549,79	28 694 514,32
Ativos intangíveis	7	11 753,55	16 292,08
Outros Ativos financeiros	8	4 367,68	4 933,01
Ativos por imposto diferido	11	1 624,66	0,00
		<u>30 793 614,18</u>	<u>30 999 938,21</u>
Activo Corrente			
Clientes	9	851 157,84	1 133 372,96
Estado e outros entes publicos	11	282 940,33	187 672,82
Outros creditos a receber	12	872 320,26	651 890,38
Diferimentos	13	132 942,49	170 844,18
Caixa e depósitos bancários	4	435 161,97	1 770 375,54
		<u>2 574 522,89</u>	<u>3 914 155,88</u>
Total do Activo		<u>33 368 137,07</u>	<u>34 914 094,09</u>
Capital Próprio			
Capital subscrito	14	30 867 000,00	30 867 000,00
Ações (quotas) próprias	14	-89 810,00	-89 810,00
Reservas legais	14	146 806,69	146 659,65
Outras reservas	14	71 084,63	71 084,63
Resultados transitados	14	-1 929 584,68	-1 932 378,39
Outras variações no capital próprio	14	70 307,85	70 307,85
Resultado líquido do período	14	9 687,03	2 940,75
		<u>29 145 491,52</u>	<u>29 135 804,49</u>
Total do Capital Próprio		<u>29 145 491,52</u>	<u>29 135 804,49</u>
		0,00	0,00
Passivo Corrente			
Fornecedores	10	599 718,55	2 018 595,14
Estado e outros entes publicos	11	201 299,53	327 829,41
Financiamentos obtidos	16	3 000 000,00	3 000 000,00
Outras dívidas a pagar	15	292 599,64	329 963,93
Diferimentos	13	129 027,83	101 901,12
		<u>4 222 645,55</u>	<u>5 778 289,60</u>
Total do Passivo		<u>4 222 645,55</u>	<u>5 778 289,60</u>
Total do Capital próprio e do Passivo		<u>33 368 137,07</u>	<u>34 914 094,09</u>

O Contabilista Certificado

Ária João de Figueiredo Negro

O Conselho de Administração

Roberto
João

As notas das páginas 6 a 26 constituem parte integrante das demonstrações financeiras existentes supra.

Demonstração dos resultados

(montantes expressos em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	30-jun-2018	30-jun-2017
Vendas e serviços prestados	17	1 775 504,48	2 207 112,79
Subsídios à exploração	18	50 000,00	594 900,00
Fornecimentos e serviços externos	19	-779 391,41	-1 937 563,78
Gastos com o pessoal	20	-866 525,82	-753 580,20
Imparidade de dívidas a receber	10	34 613,21	0,00
Outros rendimentos e ganhos	21	149 728,52	245 883,11
Outros gastos e perdas	22	-55 184,74	-44 564,60
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		308 744,24	312 187,32
Gastos/reversões de depreciação e amortização	5,6,7	-264 336,83	-237 070,37
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		44 407,41	75 116,95
Juros e gastos similares suportados	23	-31 619,98	-25 327,98
Resultado antes de impostos		12 787,43	49 788,97
Estimativa de Imposto	24	-3 100,40	-1 540,64
Resultado líquido do período		9 687,03	48 248,33

O Contabilista Certificado

Maria João de Figueiredo Vieira

O Conselho de Administração

Luís Neto
Margarida Macedo
Luís D.

As notas das páginas 6 a 26 constituem parte integrante das demonstrações financeiras existentes supra.

Demonstração da alteração dos capitais próprios

(montantes expressos em euros)

		Capital Próprio atribuído aos detentores do capital						Total do capital próprio	Total do capital próprio		
		Capital subscrito	Ações (quotas) próprias	Reservas legais	Outras reservas	Resultados Transitados	Outras variações no capital			Resultado líquido do exercício	
Posição no Início do Período 2017	1	Notas	30 867 000,00	-89 810,00	146 568,54	71 084,63	-1 727 765,08	70 307,85	1 822,28	29 339 208,22	29 339 208,22
Alterações no período											
Primeira adopção de novo referencial contabilístico											-
Alterações de políticas contabilísticas											-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras											-
Realização do excedente de revalorização de activos											-
Excedente de revalorização de activos											-
Ajustamentos por impostos diferidos											-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio											-
capital próprio	14			91,11		-204 613,31			-1 822,28	-206 344,48	-206 344,48
	2			91,11		-204 613,31	0,00		-1 822,28	-206 344,48	-206 344,48
Resultado Líquido do Período	3								2 940,75	2 940,75	2 940,75
Resultado Integral	4 = 2 + 3								1 118,47	-203 403,73	-203 403,73
Operações com detentores de capital próprio											-
Realizações de capital											-
Realizações de prémios de emissão											-
Distribuições											-
Entradas para cobertura de perdas											-
Outras operações	5										-
Posição no Fim do Período 2017	1 + 2 + 3 + 4 + 5		30 867 000,00	-89 810,00	146 659,65	71 084,63	-1 932 378,39	70 307,85	2 940,75	29 135 804,49	29 135 804,49

O Contabilista Certificado
Hortia Joas de Figueiredo Ligeas

O Conselho de Administração
Luís Rebelo
Hortia Joas de Figueiredo Ligeas

		Capital Próprio atribuído aos detentores do capital						Total do capital próprio	Total do capital próprio		
		Capital subscrito	Ações (quotas) próprias	Reservas legais	Outras reservas	Resultados Transitados	Outras variações no capital			Resultado líquido do exercício	
Posição no Início do Período 2018	1	Notas	30 867 000,00	-89 810,00	146 659,65	71 084,63	-1 932 378,39	70 307,85	2 940,75	29 135 804,49	29 135 804,49
Alterações no período											
Primeira adopção de novo referencial contabilístico											-
Alterações de políticas contabilísticas											-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras											-
Realização do excedente de revalorização de activos											-
Excedente de revalorização de activos											-
Ajustamentos por impostos diferidos											-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio											-
capital próprio	14			147,04		2 793,71			-2 940,75	-	-
	2			147,04		2 793,71			-2 940,75	-	-
Resultado Líquido do Período	3								9 687,03	9 687,03	9 687,03
Resultado Integral	4 = 2 + 3								6 746,28	9 687,03	9 687,03
Operações com detentores de capital próprio											-
Realizações de capital											-
Realizações de prémios de emissão											-
Distribuições											-
Entradas para cobertura de perdas											-
Outras operações	5										-
Posição no Fim do Período junho 2018	1 + 2 + 3 + 4 + 5		30 867 000,00	-89 810,00	146 806,69	71 084,63	-1 929 584,68	70 307,85	9 687,03	29 145 491,52	29 145 491,52

O Contabilista Certificado
Hortia Joas de Figueiredo Ligeas

O Conselho de Administração
Luís Rebelo
Hortia Joas de Figueiredo Ligeas

As notas das páginas 6 a 26 constituem parte integrante das demonstrações financeiras existentes supra.

Demonstração de fluxos de caixa

(montantes expressos em euros)

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		30/06/2018	31/12/2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes		2 456 210,25	8 052 569,66
Pagamentos a fornecedores		(2 376 667,92)	(4 977 914,30)
Pagamentos ao pessoal		(660 212,42)	(1 317 218,20)
	<i>Caixa gerada pelas operações</i>	<u>(580 670,09)</u>	<u>1 757 437,16</u>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(95 110,51)	32 803,22
Outros recebimentos/pagamentos		(562 420,45)	(502 944,64)
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		<u>(1 238 201,05)</u>	<u>1 287 295,74</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(62 970,05)	(921 832,33)
Ativos intangíveis		(2 978,00)	(4 247,52)
Investimentos financeiros		(1 390,77)	(2 232,77)
Outros ativos		-	-
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		-	301 407,40
Ativos intangíveis		-	-
Investimentos financeiros		1 946,28	908,53
Outros activos		-	-
Subsídios ao investimento		-	-
Juros e rendimentos similares		-	-
Dividendos		-	-
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		<u>(65 392,54)</u>	<u>(625 996,69)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		-	4 500 000,00
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	-
Cobertura de prejuízos		-	-
Doações		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-	(4 500 000,00)
Juros e gastos similares		(31 619,98)	(69 233,08)
Dividendos		-	-
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		<u>(31 619,98)</u>	<u>(69 233,08)</u>
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	4	(1 335 213,57)	592 065,97
Efeito das diferenças de câmbio		-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	1 770 375,54	1 178 309,57
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	435 161,97	1 770 375,54

O Contabilista Certificado

Áurea Dória de Figueiredo Nogueira

O Conselho de Administração

Luís de Matos
Presidente do Conselho de Administração
Áurea Dória de Figueiredo Nogueira

As notas das páginas 6 a 26 constituem parte integrante das demonstrações financeiras existentes supra.

Anexo às demonstrações financeiras

1 Introdução

Designação da entidade: CASCAIS DINÂMICA - GESTÃO DE ECONOMIA, TURISMO E EMPREENDEDORISMO, E. M., S. A.

Sede social: Av.ª Clotilde, Edifício do Centro de Congressos do Estoril, 3º Aº, Estoril.

Natureza da actividade:

1 - Promover, realizar e desenvolver atividades nos domínios do desenvolvimento turístico, turístico-cultural e da prática desportiva no Concelho de Cascais, de forma a contribuir para o desenvolvimento económico sustentável do Concelho.

2 - Exercício de algumas atividades, designadamente:

- a) - Construção de equipamentos e infraestruturas;
 - b) - Desenvolvimento de iniciativas de animação turística do Concelho de Cascais;
 - c) - Gestão, conservação, manutenção e beneficiação de infraestruturas e equipamentos desportivos e culturais, incluindo os seus espaços exteriores;
 - d) - Exploração direta ou por intermédio de terceiros de equipamentos municipais e de outros equipamentos e infraestruturas que integrem o património Municipal, cujos direitos de exploração haja adquirido, designadamente:
 - i - Centro de Congressos;
 - ii - Feira do Artesanato;
 - iii - Hipódromo Manuel Possolo;
 - iv - Fortaleza da Cidadela de Cascais;
 - vi - Aeródromo Municipal de Cascais e infraestruturas adstritas à sua atividade.
 - e) - Prestação de serviços de apoio ao Município de Cascais e a outras entidades públicas ou privadas no âmbito da promoção e organização de atividades e eventos turísticos, culturais e desportivos.
- 3 - Fiscalização de concessões municipais e de concessões cuja fiscalização caiba ao Município, desde que respeitem áreas relacionadas com o desenvolvimento turístico, turístico-desportivo e desportivo do Concelho de Cascais.
- 4 - Poderá exercer como atividades complementares, o estudo, desenvolvimento e implementação de projetos de exploração de outras infraestruturas, nomeadamente de infraestruturas aeroportuárias e quaisquer actividades relacionadas com a prossecução do objeto atrás referido.
- 5 - Compreendem-se ainda todas as atividades acessórias necessárias à boa realização do seu objeto.

u
f

2 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Base de Preparação

Estas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as disposições do SNC, emitidas e em vigor desde 1 de janeiro de 2010 e com as alterações introduzidas pela Lei nº 20/2010 de 23 de Agosto e pelo Decreto-Lei n. 98/2015 de 2 de Junho e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas aplicáveis ao exercício findo em 30 de Junho de 2018.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o SNC requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adoptar pela Empresa, com impacto significativo no valor contabilístico dos activos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência do Conselho de Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e acções correntes e futuras, os resultados actuais e futuros podem diferir destas estimativas.

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

- Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

- Regime da periodização económica (acrécimo)

A Entidade reconhece os rendimentos e gastos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em "Devedores por acréscimos de rendimento"; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas em "Credores por acréscimos de gastos".

- Compensação

Os activos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respectivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum activo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

- Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adoptados a 30 de junho de 2018 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017.

3 Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

7

u

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As principais bases de reconhecimento e mensuração utilizadas foram as seguintes:

- Moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em euro, constituindo esta a moeda funcional e de apresentação. Neste sentido, os saldos em aberto e as transações em moeda estrangeira foram transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio em vigor à data de fecho para os saldos em aberto e à data da transação para as operações realizadas.

Os ganhos ou perdas de natureza cambial daqui decorrentes são reconhecidos na demonstração dos resultados no item de "Juros e rendimentos similares obtidos" se favoráveis ou "Juros e gastos similares suportados" se desfavoráveis, quando relacionados com financiamentos obtidos/concedidos ou em "Outros rendimentos e ganhos" se favoráveis e "Outros gastos ou perdas" se desfavoráveis, para todos os outros saldos e transações.

- Propriedades de investimento

Os activos da Empresa que se qualificam como propriedades de investimento, só passam a ser reconhecidos como tal após o início da sua utilização. Até ao momento em que o activo se qualifica como propriedade de investimento é registado pelo seu custo de aquisição ou produção. Posteriormente, são mensurados ao custo de aquisição e sujeitos a depreciação.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha recta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de ativos.

Os custos incorridos relacionados com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente, manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades são reconhecidos como um gasto no período a que se referem. As beneficiações ou benfeitorias em propriedades de investimento relativamente às quais existem expectativas de que irão gerar benefícios económicos futuros adicionais para além do inicialmente estimado são capitalizadas na rubrica de "Propriedades de investimento".

- Activos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do activo, as despesas directamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do activo para que se encontre na sua condição de utilização.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha recta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de ativos. Não foram apuradas depreciações por componentes.

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas no item de ativos fixos tangíveis.

As vidas uteis estimadas para os ativos fixos tangíveis mais significativos são conforme se segue:

	Anos
Edifícios e outras construções	100 anos
Equipamento de transporte	4 anos
Equipamento administrativo	3 - 12 anos
Outros activos fixos tangíveis	5 - 10 anos

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico que estiver reconhecido na data de alienação do ativo, sendo registadas na demonstração dos resultados nos itens "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas", consoante se trate de mais ou menos valias, respetivamente.

As depreciações destes ativos são calculadas segundo o método das quotas constantes, utilizando-se para o efeito as taxas máximas definidas no Decreto Regulamentar 2/90 de 12 de Janeiro para bens adquiridos entre 1 de Janeiro de 1989 e 31 de Dezembro de 2009 e no Decreto Regulamentar 25/2009 de 14 de Setembro para bens adquiridos após 1 de Janeiro de 2010, que se consideram representarem satisfatoriamente a vida útil estimada dos bens.

- Ativos intangíveis

À semelhança dos ativos fixos tangíveis, os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Observa-se o disposto na respectiva NCRF, na medida em que só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros, sejam controláveis e se possa medir razoavelmente o seu valor.

Os gastos com investigação são reconhecidos na demonstração dos resultados quando incorridos. Os gastos de desenvolvimento são capitalizados, quando se demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou uso e para as quais seja provável que o activo criado venha a gerar benefícios económicos futuros. Quando não se cumprirem estes requisitos, são registados como gasto do período em que são incorridos.

As amortizações de ativos intangíveis com vidas úteis definidas são calculadas, após o início de utilização, pelo método da linha recta em conformidade com o respetivo período de vida útil estimado, ou de acordo com os períodos de vigência dos contratos que os estabelecem.

As depreciações destes ativos são calculadas segundo o método das quotas constantes, utilizando-se para o efeito as taxas máximas definidas no Decreto Regulamentar 2/90 de 12 de Janeiro para bens adquiridos entre 1 de Janeiro de 1989 e 31 de Dezembro de 2009 e no Decreto Regulamentar 25/2009 de 14 de Setembro para bens adquiridos após 1 de Janeiro de 2010, que se consideram representarem satisfatoriamente a vida útil estimada dos bens.

Com as Alterações verificadas ao SNC (Aviso nº 8256/2015 de 29 de junho), a partir de 1 de janeiro de 2016, o Goodwill passa a ser amortizado no período de vida útil, ou no período máximo de 10 anos, caso a sua vida útil não possa ser estimada com fiabilidade.

- Imposto sobre o rendimento

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) à taxa de 21%. Ao valor de colecta de IRC assim apurado, acresce ainda derrama, e tributações autónomas sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC.

A Entidade procede ao registo de impostos diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos ativos e passivos e a correspondente base fiscal, conforme disposto na NCRF 25 – Imposto sobre o rendimento, sempre que seja provável que sejam gerados lucros fiscais futuros contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas e com base na taxa normal de IRC em vigor à data de balanço.

Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor ou anunciadas para vigorar à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos, só são reconhecidos quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão.

O imposto corrente a pagar é calculado com base no lucro tributável da empresa. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

- Clientes e outros créditos a receber

As contas de “Clientes” e “Outros créditos a receber” estão reconhecidos pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, registadas na conta de “Perdas de imparidade acumuladas”, para que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

No final de cada período de relato financeiro, são analisadas as contas de clientes e as outras contas a receber de forma a avaliar se existe alguma evidência objetiva de que não são recuperáveis. Se assim for, é de imediato reconhecida a respetiva perda por imparidade. As perdas por imparidade são registadas em sequência de eventos ocorridos que indiquem, objectivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a CASCAIS DINÂMICA tem em consideração as informações de mercado que demonstrem que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades e após o comprovado insucesso de todas as devidas tentativas de recuperação, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

- Caixa e depósitos bancários

Este item rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros depósitos bancários. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica “Financiamentos obtidos”, expresso no “passivo corrente”. Os saldos em moeda estrangeira foram convertidos com base na taxa de câmbio à data de fecho.

- Provisões

A Entidade analisa com regularidade os eventos passados em situação de risco e que venham a gerar obrigações futuras. Embora com subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos necessários para cumprimento destas obrigações futuras, a Administração procura sustentar as suas expectativas de perdas num ambiente de prudência.

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a entidade tenha uma obrigação presente (legal ou) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada demonstração da posição financeira e ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data.

- Fornecedores e outras dívidas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

- Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados com base na taxa de juro efectiva são registados na demonstração dos resultados em observância do regime da periodização económica.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato, caso em que serão incluídos em passivos não correntes pelas quantias que se vencem para além deste prazo.

- Locações

Os contratos de locação são classificados ou como locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob locação ou, caso contrário, como locações operacionais.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados de acordo com a NCRF 9 - Locações, reconhecendo o activo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido nas políticas anteriormente referidas para este tipo de activo, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro do contrato. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados durante o período do contrato de locação e de acordo com as obrigações a este inerentes.

- Rédito e regime do acréscimo

O rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido quando o desfecho da transação que envolve a prestação de serviços é fiavelmente mensurável, sendo o valor do rédito, reconhecido numa perspectiva de balanceamento entre gastos e rendimentos. Assume-se que o desfecho das transações é fiavelmente mensurável quando todas as condições se verificam:

- a) a quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- b) seja provável que benefícios económicos associados à transação fluam para a empresa;
- c) a fase de acabamento da transação à data do balanço possa ser fiavelmente mensurada; e
- d) os custos incorridos com a transação e os custos para a concluir possam ser fiavelmente mensurados.

Quando o desfecho da transação que envolve a prestação de serviços não pode ser fiavelmente estimado, o rédito apenas é reconhecido na medida em que sejam recuperáveis os gastos reconhecidos.

O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

- Subsídios

A CASCAIS DINÂMICA recebe anualmente subsídios para participação integral das actividades de promoção e animação do Concelho de Cascais. Esses subsídios são reconhecidos na demonstração de resultados numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os custos relacionados, o que geralmente ocorre sempre numa base anual.

- Imparidade de ativos

À data de cada relato, e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual um ativo se encontra registado possa não ser recuperável, é efectuada uma avaliação da imparidade desse ativo (ativo fixos intangíveis e tangíveis e ativos financeiros). Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração dos resultados na rubrica "Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)", na rubrica "Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)", caso a mesma respeite a ativos não depreciáveis e na rubrica "Perdas por imparidade – Em dívidas a receber".

A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a venda do activo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos directamente atribuíveis à venda. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do activo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica supra referida. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

- Custos de empréstimos obtidos

Os custos com empréstimos obtidos são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do período de acordo com o pressuposto do acréscimo. Os encargos financeiros de empréstimos obtidos directamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de ativos fixos tangíveis são capitalizados, fazendo parte do custo do ativo.

A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida quando aqueles ativos estão disponíveis para utilização ou no final da construção do ativo ou quando o projeto em causa se encontra suspenso.

Em 30 de junho de 2018, a CASCAIS DINÂMICA não tinha capitalizado em ativos fixos tangíveis quaisquer encargos financeiros resultantes de empréstimos obtidos.

- Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes são possíveis ativos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da CASCAIS DINÂMICA, mas são objeto de divulgação quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

Os passivos contingentes são definidos como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um fluxo de recursos que afecte benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurado com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da CASCAIS DINÂMICA, sendo os mesmos objetos de divulgação, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objeto de divulgação.

- Ações próprias

As ações próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como uma dedução ao capital próprio.

- Acontecimentos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são reflectidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

- Especialização dos exercícios

A CASCAIS DINÂMICA regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respectivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos.

3.2. Juízos de valor (exceptuando os que envolvem estimativas) que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacte nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras

Na preparação das demonstrações financeiras anexas, o Conselho de Administração da CASCAIS DINÂMICA adoptou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assunções efetuadas pelo órgão de gestão da CASCAIS DINÂMICA foram efetuadas com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

As estimativas contábilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras dizem respeito à definição das vidas úteis dos ativos fixos tangíveis integralmente reintegrados à data da transição e análises de imparidade, nomeadamente das contas de clientes e outras contas a receber.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes.

No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospetiva.

4 Fluxos de caixa

4.1 - Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017, o detalhe de caixa e equivalentes de caixa apresentam os seguintes valores:

	<u>30-06-2018</u>	<u>31-12-2017</u>
Caixa e equivalentes de caixa	9 169,91	13 529,82
Depósitos bancários	<u>425 992,06</u>	<u>1 756 845,72</u>
Caixa e equivalentes de caixa	<u>435 161,97</u>	<u>1 770 375,54</u>

u
f

5 Propriedades de Investimento

Esta rubrica inclui parte do imóvel do Centro de Congressos, detido pela CASCAIS DINÂMICA, pelo fato de existirem fracções deste imóvel, objeto de contrato de arrendamento com terceiros. O Detalhe é o seguinte:

	421 Terrenos e Recursos Naturais	422 Edifícios e outras Construções	Total
Nota			
1 de janeiro de 2018			
Custo de aquisição	592 022,15	1 779 881,40	2 371 903,55
Depreciações acumuladas		(87 514,01)	(87 514,01)
Valor líquido	592 022,15	1 692 367,39	2 284 389,54
30 de junho de 2018			
Depreciação - exercício		(9 071,04)	(9 071,04)
Valor líquido	-	(9 071,04)	(9 071,04)
Custo de aquisição	592 022,15	1 779 881,40	2 371 903,55
Depreciações acumuladas		(96 585,05)	(96 585,05)
Valor líquido	592 022,15	1 683 296,35	2 275 318,50
1 de janeiro de 2017			
Custo de aquisição	592 022,15	1 776 066,40	2 368 088,55
Depreciações acumuladas		(69 562,59)	(69 562,59)
Valor líquido	592 022,15	1 706 503,81	2 298 525,96
31 de dezembro de 2017			
Adições		3 815,00	3 815,00
Depreciação - exercício		(17 824,26)	(17 824,26)
Depreciação - Transferências e Abates		(127,16)	(127,16)
Valor líquido	-	(14 136,42)	(14 009,26)
Custo de aquisição	592 022,15	1 779 881,40	2 371 903,55
Depreciações acumuladas		(87 514,01)	(87 514,01)
Valor líquido	592 022,15	1 692 367,39	2 284 389,54

u

f

6 Activos fixos tangíveis

Movimentos nos activos fixos tangíveis – junho 2018

	431 Terrenos e Recursos Naturais	432 Edifícios e outras Construções	433 Equipamento Básico	434 Equipamento de Transporte	435 Equipamento de Administrativo	437 Outros Activos Tangíveis	45 Investimento em Curso	Total
1 de janeiro de 2018								
Custo de aquisição	6 679 157,85	21 948 930,78	284 504,87	1 018 467,88	318 612,74	532 119,35	8 037,50	30 789 830,97
Depreciações acumuladas	(2 454,96)	(1 155 562,81)	(164 906,17)	(149 457,18)	(296 005,09)	(326 930,44)		(2 095 316,65)
Valor líquido	6 676 702,89	20 793 367,97	119 598,70	869 010,70	22 607,65	205 188,91	8 037,50	28 694 514,32
30 de junho de 2018								
Adições		31 564,44			14 472,96	18 070,70		64 108,10
Transferências e abates							(3 637,50)	(3 637,50)
Alienações			(311,60)			(8 836,20)		(9 147,80)
Depreciação - exercício	(110,76)	(152 388,88)	(12 746,64)	(52 346,34)	(8 888,85)	(22 596,58)		(249 078,05)
Depreciação - alienações			311,60			3 479,12		3 790,72
Valor líquido	(110,76)	(120 824,44)	(12 746,64)	(52 346,34)	5 584,11	(9 882,96)	(3 637,50)	(193 964,53)
Custo de aquisição	6 679 157,85	21 980 495,22	284 193,27	1 018 467,88	333 085,70	541 353,85	4 400,00	30 841 153,77
Depreciações acumuladas	(2 565,72)	(1 307 951,69)	(177 341,21)	(201 803,52)	(304 893,94)	(346 047,90)		(2 340 603,98)
Valor líquido	6 676 592,13	20 672 543,53	106 852,06	816 664,36	28 191,76	195 305,95	4 400,00	28 500 549,79

Movimentos nos activos fixos tangíveis – 31 dezembro de 2017

	431 Terrenos e Recursos Naturais	432 Edifícios e outras Construções	433 Equipamento Básico	434 Equipamento de Transporte	435 Equipamento de Administrativo	437 Outros Activos Tangíveis	45 Investimento em Curso	Total
1 de janeiro de 2017								
Custo de aquisição	6 679 157,85	21 355 481,27	398 270,93	166 182,95	442 256,86	629 327,25	119 827,71	29 790 504,82
Depreciações acumuladas	(2 233,46)	(868 739,51)	(158 346,35)	(108 061,04)	(413 653,71)	(327 774,50)		(1 878 808,57)
Valor líquido	6 676 924,39	20 486 741,76	239 924,58	58 121,91	28 603,15	301 552,75	119 827,71	27 911 696,25
31 de dezembro de 2017								
Adições		593 449,51	69 751,04	852 284,93	9 155,85	72 076,00	8 037,50	1 604 754,83
Transferências e abates							(119 827,71)	(119 827,71)
Alienações			(183 517,10)		(132 799,97)	(169 283,90)		(485 600,97)
Depreciação - exercício	(221,50)	(286 855,09)	(32 245,04)	(41 396,14)	(15 151,35)	(56 465,84)		(432 334,96)
Depreciação - alienações			25 685,22		132 799,97	57 309,90		215 795,09
Depreciação - Transferências e abates		31,79						31,79
Valor líquido	(221,50)	306 594,42	(120 325,88)	810 888,79	(5 995,50)	(96 363,84)	(111 790,21)	782 786,28
Custo de aquisição	6 679 157,85	21 948 930,78	284 504,87	1 018 467,88	318 612,74	532 119,35	8 037,50	30 789 830,97
Depreciações acumuladas	(2 454,96)	(1 155 562,81)	(164 906,17)	(149 457,18)	(296 005,09)	(326 930,44)		(2 095 316,65)
Valor líquido	6 676 702,89	20 793 367,97	119 598,70	869 010,70	22 607,65	205 188,91	8 037,50	28 694 514,32

As depreciações dos ativos fixos tangíveis estão reconhecidas na rubrica "Gastos/ reversões de depreciação e de amortização" da Demonstração dos Resultados.

No exercício de 2017, relativamente à viatura pesada de passageiros 85-TD-11, foi celebrado um contrato de comodato com a empresa Cascais Próxima – Gestão de Mobilidade, Espaços Urbanos e Energias, EM, SA., no âmbito da prestação de serviço público de transporte coletivo de passageiros. O contrato estipula que a viatura vai ser usada a título gratuito por um período de 1 ano que se renova automaticamente.

7 Ativos fixos intangíveis

Movimentos nos ativos fixos intangíveis – 30 de junho 2018:

	Nota	Projetos de Desenvolvimento	Programas de Computador	Propriedade Industrial	Total
1 de janeiro de 2018					
Custo de aquisição		307 601,13	135 507,54	85 835,92	528 944,59
Depreciações acumuladas		(307 601,13)	(122 503,04)	(82 739,08)	(512 843,25)
Valor líquido		-	13 004,50	3 096,84	16 101,34
30 de junho de 2018					
Adições			1 715,50	124,45	1 839,95
Depreciação - exercício			(5 988,69)	(199,05)	(6 187,74)
Valor líquido		-	(4 273,19)	(74,60)	(4 347,79)
Custo de aquisição		307 601,13	137 223,04	85 960,37	530 784,54
Depreciações acumuladas		(307 601,13)	(128 491,73)	(82 938,13)	(519 030,99)
Valor líquido		-	8 731,31	3 022,24	11 753,55

Movimentos nos ativos fixos intangíveis – 31 de dezembro 2017:

	Nota	Projetos de Desenvolvimento	Programas de Computador	Propriedade Industrial	Total
1 de janeiro de 2017					
Custo de aquisição		307 601,13	163 129,25	85 588,40	556 318,78
Depreciações acumuladas		(286 936,19)	(142 435,20)	(82 176,56)	(511 547,95)
Valor líquido		20 664,94	20 694,05	3 411,84	44 770,83
31 de dezembro de 2017					
Adições			4 000,00	247,52	4 247,52
Alienações			(31 621,71)		-
Depreciação - exercício		(20 664,94)	(11 689,55)	(657,89)	(33 012,38)
Depreciação - alienações			31 621,71		-
Valor líquido		(20 664,94)	(7 689,55)	(562,52)	(28 764,86)
Custo de aquisição		307 601,13	135 507,54	85 835,92	528 944,59
Depreciações acumuladas		(307 601,13)	(122 503,04)	(82 739,08)	(512 843,25)
Valor líquido		-	13 004,50	3 096,84	16 101,34

m
f

8 Outros Ativos Financeiros

Nesta rúbrica a 30 de junho de 2018 e de 31 de dezembro de 2017, encontra-se registado o valor dos fundos de compensação do trabalho com um valor acumulado de 4.367,68 euros e 4.933,01 Euros, respetivamente.

9 Clientes

Nos exercícios findos em 30 de junho de 2018 e de 31 de dezembro de 2017, a decomposição da rubrica de Clientes é como se segue:

	<u>30-06-2018</u>	<u>31-12-2017</u>
Clientes CC Geral	1 142 766,47	1 459 594,80
Clientes de cobrança duvidosa	47 990,96	47 990,96
Perdas por Imparidade Acumuladas	<u>(339 599,59)</u>	<u>(374 212,80)</u>
Total Clientes	<u>851 157,84</u>	<u>1 133 372,96</u>

A dívida de clientes de cobrança duvidosa no montante de 47.990,96 euros tem uma antiguidade superior a 24 meses, assim como parte dos saldos de clientes CC os quais se encontram registados por imparidade no montante de 339.599,59 euros.

| Relativamente à antiguidade da dívida de conta corrente geral, a mesma detalha-se da seguinte forma:

30 de junho de 2018:

	<u>0-30 dias</u>	<u>31-60 dias</u>	<u>61-90 dias</u>	<u>91-120 dias</u>	<u>>121 dias</u>	<u>Total</u>
Clientes	307 779,59	123 748,13	34 985,23	2 802,18	381 842,71	851 157,84
	<u>307 779,59</u>	<u>123 748,13</u>	<u>34 985,23</u>	<u>2 802,18</u>	<u>381 842,71</u>	<u>851 157,84</u>

| 31 de dezembro de 2017:

	<u>0-30 dias</u>	<u>31-60 dias</u>	<u>61-90 dias</u>	<u>91-120 dias</u>	<u>>121 dias</u>	<u>Total</u>
Clientes	213 408,42	199 238,00	201 061,42	8 256,14	511 408,98	1 133 372,96
	<u>213 408,42</u>	<u>199 238,00</u>	<u>201 061,42</u>	<u>8 256,14</u>	<u>511 408,98</u>	<u>1 133 372,96</u>

Salienta-se que os saldos de conta corrente geral em dívida, com antiguidade superior a 12 meses, ascendem a cerca de 543.616 euros, os quais se encontram parcialmente ajustados por perdas por imparidade no montante de 339.600 Euros.

Em 2017, ocorreu uma reversão de perdas por imparidade, no montante de 34.613,21 Euros, resultado do recebimento de valores dos seguintes clientes: 2.555,43 Euros Taxair, Bissau Airlines, Lda. e 32.057,78 Euros do cliente Leading – Organização de Congressos e Gestão, Lda.

8

10

lu

10 Fornecedores

Nos exercícios findos em 30 de junho de 2018 e de 31 de dezembro de 2017, a rubrica de Fornecedores, apresentava os seguintes saldos:

	<u>30-06-2018</u>	<u>31-12-2017</u>
Fornecedores	599 718,55	2 018 595,14
Total Fornecedores	<u>599 718,55</u>	<u>2 018 595,14</u>

Em 30 de junho de 2018, verificou-se uma diminuição da dívida a fornecedores, consequência de um maior esforço financeiro para o pagamento das mesmas.

Relativamente à antiguidade da dívida, a mesma detalha-se da seguinte forma:

30 de junho de 2018:

	<u>0-60 dias</u>	<u>61-90 dias</u>	<u>91-120 dias</u>	<u>120-180 dias</u>	<u>181-360 dias</u>	<u>> 361 dias</u>	<u>TOTAL</u>
Fornecedores conta corrente	292 656,32	56 352,76	16 210,15	132 051,57	81 800,40	20 647,35	599 718,55
	<u>292 656,32</u>	<u>56 352,76</u>	<u>16 210,15</u>	<u>132 051,57</u>	<u>81 800,40</u>	<u>20 647,35</u>	<u>599 718,55</u>

31 de dezembro de 2017:

	<u>0-60 dias</u>	<u>61-90 dias</u>	<u>91-120 dias</u>	<u>120-180 dias</u>	<u>181-360 dias</u>	<u>> 361 dias</u>	<u>TOTAL</u>
Fornecedores conta corrente	1 381 762,95	152 484,40	266 728,22	113 320,08	83 626,59	20 672,90	2 018 595,14
	<u>1 381 762,95</u>	<u>152 484,40</u>	<u>266 728,22</u>	<u>113 320,08</u>	<u>83 626,59</u>	<u>20 672,90</u>	<u>2 018 595,14</u>

11 Estado e outros entes públicos

Nos exercícios findos em 30 de junho de 2018 e de 31 de dezembro de 2017, os saldos da rubrica Estado e outros entes públicos é como se segue:

	<u>30-06-2018</u>		<u>31-12-2017</u>	
	<u>Devedor</u>	<u>Credor</u>	<u>Devedor</u>	<u>Credor</u>
Impostos s/ rendimento - IRC	282 783,33	4 725,06	187 672,82	
Impostos s/ rendimento - IRS	157,00	31 638,00		23 960,00
Impostos s/ valor acrescentado		102 446,73		267 646,85
Contribuições para Segurança Social		62 443,74		35 989,53
Outras contribuições		46,00		233,03
	<u>282 940,33</u>	<u>201 299,53</u>	<u>187 672,82</u>	<u>327 829,41</u>

Em 30 de Junho de 2018, os prejuízos fiscais reportáveis ascendiam a 7.738,46 Euros. A data limite de utilização dos prejuízos fiscais existentes é conforme se segue:

	<u>Montante</u>	<u>Data</u>
Gerados em	2018	7 736,48
		2023

8

[Handwritten signature]

12 Outros Créditos a Receber

Nos exercícios findos em 30 de junho de 2018 e de 31 de dezembro de 2017, a rubrica de outros créditos a receber é decomposta da seguinte forma:

	<u>30-06-2018</u>	<u>31-12-2017</u>
Outros devedores		
Pessoal	1 077,40	1 096,48
Devedores por acréscimo proveitos	847 085,67	647 421,76
Devedores diversos	24 157,19	3 372,14
Outras contas a receber	<u>872 320,26</u>	<u>651 890,38</u>

A rubrica de outros acréscimos de proveitos, engloba um montante de 554.822,75 Euros relativo ao ano de 2017 e um montante de 90.460 Euros relativo a 2018, a faturar à Câmara Municipal de Cascais.

13 Diferimentos

Em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017, a rubrica do activo corrente Diferimentos apresenta a seguinte composição:

	<u>30-06-2018</u>	<u>31-12-2017</u>
ATIVO		
Seguros	22 474,25	6 526,21
Outros	110 468,24	164 317,97
Gastos a reconhecer	<u>132 942,49</u>	<u>170 844,18</u>
PASSIVO		
Eventos Centro Congressos	129 027,83	101 901,12
Rendimentos a Reconhecer	<u>129 027,83</u>	<u>101 901,12</u>

14 Instrumentos de Capital Próprio

Capital social

Em 30 de junho de 2018, o capital da Empresa é de 30.867.000 euros, está totalmente subscrito e realizado, sendo composto por 6.173.400 acções com o valor nominal de cinco Euro, cada. A participação detida pelo Município de Cascais corresponde a 99,71% do capital social da Empresa.

Acções próprias

Em 30 de junho de 2018 a Empresa detinha 17.962 acções próprias com o valor de 89.810 euros que assim deduz ao valor do Capital Social.

Reserva legal

De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual, se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Em 30 de junho de 2018, as reservas legais totalizam 146.806,69 Euros e tiveram as seguintes alterações face a 31 de dezembro de 2017:

- a transferência de 5% do - Resultado Líquido de 2017, no montante de 147,04 Euros, conforme Ata de Aprovação de Contas de 2017;

Resultados Transitados

Em 30 de junho de 2018, os Resultados Transitados tiveram as seguintes alterações face a 31 de dezembro de 2017:

- a transferência de 95% do - Resultado Líquido de 2017, no montante de 2.793,71 Euros, conforme Ata de Aprovação de Contas de 2017;

Outras Variações de Capital

Em 30 de junho de 2018, as Outras Variações de Capital ascendiam a 70.307,85 Euros.

15 Outras Dívidas a pagar

Em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017, o detalhe da rubrica de Outras Dívidas a pagar é como segue:

	<u>30-06-2018</u>	<u>31-12-2017</u>
PASSIVO CORRENTE		
Credores por acréscimos de gastos		
Remunerações a liquidar	196 267,36	187 961,08
Outros	39 988,42	97 569,72
Outros credores	<u>56 343,86</u>	<u>44 433,13</u>
Outras dívidas a pagar	<u>292 599,64</u>	<u>329 963,93</u>

16 Financiamentos obtidos e locação financeira

Em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017, o detalhe da rubrica de Financiamentos obtidos era como se segue:

	<u>Instituição Financeira</u>	<u>30-06-2018</u>	<u>31-12-2017</u>
Passivo corrente:			
Empréstimos bancários - 6 meses	Banco BIC	1 500 000,00	1 500 000,00
Conta Cauionada Anual	Santander	<u>1 500 000,00</u>	<u>1 500 000,00</u>
Total Financiamentos obtidos		<u>3 000 000,00</u>	<u>3 000 000,00</u>

Todos estes financiamentos são de prazo inferior a um ano sendo que, tanto o empréstimo de 6 meses como conta caucionada, têm vindo a ser renovados no seu vencimento, respectivamente, seis meses e um ano.

m
f

17 Prestação de serviços

O montante das prestações de serviços reconhecido na demonstração dos resultados nos exercícios findos em 30 de junho de 2018 e de 30 de junho 2017, é detalhado como segue:

	<u>30-06-2018</u>	<u>30-06-2017</u>
Prestação Serviços Varios	1 582 215,63	1 956 081,70
Arrendamentos	45 165,89	26 489,78
Comissões	208 864,12	241 991,73
Descontos e Abatimentos	(60 741,16)	(17 450,42)
Vendas e prestações de serviços	<u>1 775 504,48</u>	<u>2 207 112,79</u>

18 Subsídios à Exploração

Em 30 de junho de 2018 e comparativamente a 30 de junho de 2017, a rubrica de subsídios apresentava os seguintes valores:

	<u>30-06-2018</u>	<u>30-06-2017</u>
Associação de Turismo de Cascais Visitors & Convention Bureau	50 000,00	
Município de Cascais		594 900,00
	<u>50 000,00</u>	<u>594 900,00</u>

19 Fornecimento e Serviços Externos

Em 30 de junho de 2018 e comparativamente a 30 de junho 2017, as principais componentes desta rubrica são as seguintes:

	<u>30-06-2018</u>	<u>30-06-2017</u>
Fornecimentos e serviços		
Subcontratos	9 689,10	406 927,53
Trabalhos especializados	158 638,87	214 724,06
Honorários	33 960,00	32 670,00
Conservação e reparação	134 452,03	116 615,39
Energia e fluidos	128 264,52	113 041,48
Deslocação e estadas	14 665,87	12 570,72
Despesas de representação	2 298,00	5 117,93
Rendas e alugueres	33 645,76	28 243,09
Comunicação	39 142,68	33 503,73
Seguros	40 665,31	31 692,90
Limpeza, higiene e conforto	48 940,68	56 921,58
Outros	135 028,59	885 535,37
Fornecimentos e serviços externos	<u>779 391,41</u>	<u>1 937 563,78</u>

i)

?

X

i) A rubrica de Outros em 2017 engloba gastos inerentes ao Contrato-Programa com o Município de Cascais, e outras atividades, que totalizaram um montante de 594.900 Euros.

20 Gastos com pessoal

Os gastos com pessoal, incorridos durante os exercícios findos em 30 de junho de 2018 e de 30 de junho de 2017, foram como segue:

	<u>30-06-2018</u>	<u>30-06-2017</u>
Remunerações		
Orgãos sociais	60 852,36	22 441,01
Pessoal	609 339,18	534 213,79
Indemnizações	18 851,02	19 188,00
Seguros	6 779,98	6 509,85
Outros	16 695,97	44 655,06
	<u>712 518,51</u>	<u>627 007,71</u>
Encargos sociais		
Orgãos Sociais	14 287,84	5 591,30
Pessoal	139 719,47	120 981,19
	<u>154 007,31</u>	<u>126 572,49</u>
Custos com o pessoal	<u>866 525,82</u>	<u>753 580,20</u>

21 Outros rendimentos

A decomposição da rubrica de Outros rendimentos, nos exercícios findos em 30 de junho de 2018 e de 30 de junho de 2017, é conforme se segue:

	<u>30-06-2018</u>	<u>30-06-2017</u>
Outros rendimentos		
Descontos de pronto pagamento obtidos	10,00	153,14
Diferenças de Câmbio	1,65	0,00
Rendimentos e ganhos em investimentos	232,92	31 352,50
Outros Rendimentos		
Correcções relativas a períodos anteriores	27 087,92	88 492,09
Restituição de impostos	1 725,99	
Indemnizações	561,78	514,50
Outros não especificados	108 523,08	112 144,83
Juros Obtidos		
Juros por execuções fiscais CMC	242,00	2 862,76
Juros de acordos Valair	470,26	1 334,76
Juros de PER Heliportugal	10 872,92	9 028,53
	<u>149 728,52</u>	<u>245 883,11</u>

m
f

22 Outros gastos

A decomposição da rubrica de Outros gastos, nos exercícios findos em 30 de junho de 2018 e de 30 de junho de 2017, é conforme se segue:

	<u>30-06-2018</u>	<u>30-06-2017</u>
Impostos		
IMI	16 799,82	17 194,24
IVA	644,65	1 803,89
Imposto do selo	521,57	8 923,23
Imposto sobre transportes rodoviários	438,64	498,94
Dívidas incobráveis	810,93	
Taxas	20 786,26	5 243,55
Outros Gastos		
Correcções relativas a períodos anteriores	1 250,00	7 826,19
Donativos	200,00	200,00
Insuficiência da estimativa para impostos	13 180,32	1 079,42
Multas e outras penalidades		1 000,65
Outros não especificados	552,55	746,68
Outros juros		47,81
	<u>55 184,74</u>	<u>44 564,60</u>

23 Juros e outros gastos similares

Os gastos e perdas de financiamento reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 30 de junho de 2018 e 30 de junho de 2017 são detalhados conforme se segue:

	<u>30-06-2018</u>	<u>30-06-2017</u>
Juros de financiamentos bancários	31 619,98	25 327,98
	<u>31 619,98</u>	<u>25 327,98</u>

24 Imposto sobre o rendimento

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas – IRC à taxa de 21% que deverá ser incrementada no máximo em 1,5% pela derrama, de acordo com o artigo 14º da Lei das Finanças Locais.

Nos termos do artigo 88º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, a Empresa encontra-se sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), excepto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são prolongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2014 a 2017 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão. O Conselho de Administração entende que as eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 30 de junho de 2018 e 30 de junho de 2017.

No apuramento da matéria colectável, à qual é aplicada a taxa de imposto referida, são adicionados e subtraídos aos resultados contabilísticos os montantes não aceites fiscalmente. Estas diferenças entre os resultados contabilísticos e fiscal podem ser de natureza temporária ou permanente.

8

f

m
f

Reconciliação do imposto

	30-06-2018	30-06-2017
Resultado antes de impostos	12 787,43	49 788,97
Taxa nominal de imposto	<u>21,0%</u>	<u>21%</u>
Imposto esperado	2 685,36	10 455,68
Diferenças permanentes (i)	(4 310,02)	(17 711,02)
Ajustamentos à colecta (ii)	<u>4 725,06</u>	<u>8 795,98</u>
Imposto sobre o rendimento do exercício	<u>3 100,40</u>	<u>1 540,64</u>
Imposto corrente	4 725,06	8 795,98
Imposto diferido do exercício	<u>(1 624,66)</u>	<u>-7 255,34</u>
	<u>3 100,40</u>	<u>1 540,64</u>
Taxa efectiva	<u>24,25%</u>	<u>3,09%</u>

(i) No exercício findo em 30 de junho de 2018 e de 30 de junho de 2017, este montante tinha a seguinte composição:

	30-06-2018	30-06-2017
Variações patrimoniais negativas não refletidas no resultado líquido		<u>(95 438,40)</u>
Gastos não devidamente documentados	99,55	798,90
Estimativa de imposto	13 135,35	1 079,42
Correcções relativas a períodos anteriores		7 826,19
Multas	549,97	1 001,38
Outros	304,45	394,31
Perdas por imparidade tributadas em períodos de tributação anteriores (artº28º, 28ºA, nº 1 e nº 31º B, nº 7)	<u>(34 613,21)</u>	
	<u>(20 523,89)</u>	<u>(84 338,20)</u>
Taxa nominal de imposto	<u>21,0%</u>	<u>21,0%</u>
	<u>(4 310,02)</u>	<u>(17 711,02)</u>

(ii) Este montante representa a parcela de imposto relativa à tributação autónoma de certas despesas e à derrama.

S

k

25 Partes relacionadas

As transações e saldos entre a Empresa e o Município de Cascais, em 30 de junho de 2018 e de 31 de dezembro de 2017, são apresentados no quadro que segue:

Descrição	Empresa-mãe 30-06-2018	Empresa-mãe 31-12-2017
Saldo conta de clientes		
Saldo Conta de fornecedores		
Saldo conta de fornecedores investimento		
Prestações de serviços	3 702,19	1 827 523,32
Aquisição de serviços		
Subsidio à exploração		200 000,00

26 Informações exigidas por diplomas legais

A Administração informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto nº 411/91, de 17 de outubro, a Administração informa que a situação da Empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeitos do n.º 2, alínea e) do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

Durante o exercício findo em 30 de junho de 2018 os honorários auferidos pelo revisor oficial de contas ascenderam a 4.900 Euros, valor orçamentado.

- Acontecimentos após a data do balanço:

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2017.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

- Data da autorização para emissão das demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras do período findo em 30 de junho de 2018 foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 11 de julho de 2018.

O Contabilista Certificado

Isabel Soares de Figueiredo Viegas

O Conselho de Administração

Luís Rebelo
João Pedro
João Pedro

**INFORMAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA DA EMPRESA MUNICIPAL
CASCAIS DINÂMICA - GESTÃO DE ECONOMIA, TURISMO E EMPREENDEDORISMO, EM, SA,
30 DE JUNHO DE 2018**

Exma. Vereação do Município de Cascais

Introdução

Para os efeitos previstos na alínea h), no número 6º do artigo 25º da Lei 50/2012, de 31 de agosto (Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais), efetuámos uma revisão limitada à informação económico-financeira do período de seis meses findo em 30 de junho de 2018, da **Cascais Dinâmica - Gestão de Economia, Turismo e Empreendedorismo, EM, SA**, incluída, no balanço (que evidencia um total de ativo líquido de € 33 368 137 e um total de capital próprio de € 29 145 492, incluindo um resultado líquido do período de € 9 687), na demonstração dos resultados e na demonstração dos fluxos de caixa do período findo naquela data, e no anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Responsabilidades do órgão de gestão

É da responsabilidade do órgão de gestão a preparação de informação financeira de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística e pela criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação da informação financeira isenta de distorção material devida a fraude ou erro.

Responsabilidades do auditor

A nossa responsabilidade consiste em expressar uma conclusão sobre a informação contida na informação financeira acima referida. O nosso trabalho foi efetuado de acordo com a *ISRE 2410 - Revisão de Informação Financeira Intercalar Efetuada Pelo Auditor Independente da Entidade*, e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. Estas normas exigem que o nosso trabalho seja conduzido de forma a concluir se algo chegou ao nosso conhecimento que nos leve a acreditar que a informação financeira não está preparada em todos os aspetos materiais de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística.

Uma revisão limitada de informação económico-financeira é um trabalho de garantia limitada de fiabilidade. Os procedimentos que efetuámos consistem fundamentalmente em indagações e procedimentos analíticos e consequente avaliação da prova obtida.

As demonstrações financeiras da Empresa Municipal relativas ao ano findo em 31 de dezembro de 2017 foram objeto de revisão legal das contas por outro auditor que expressou uma opinião modificada sobre essas demonstrações, relacionada com a matéria mencionada no parágrafo “Bases para a Conclusão com Reservas”.

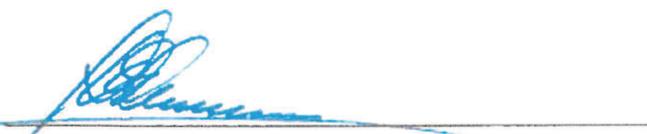
Bases para a Conclusão com Reservas

Na sequência de vários processos de inspeção fiscal que incidiram sobre os exercícios de 2006 a 2009 e 2012, foram efetuadas pela Autoridade Tributária liquidações adicionais de impostos no valor de cerca de € 1 490 000. Estes ajustamentos efetuados em sede de IRC, IVA e IRS, foram considerados indevidos e consequentemente foram contestados judicialmente pela Cascais Dinâmica, tendo vindo a ser entendimento da Administração não reconhecer qualquer provisão para fazer face à eventualidade de uma decisão desfavorável aos interesses da Cascais Dinâmica. Não nos é assim possível prever o eventual impacto que a resolução daqueles processos poderá ter no património da empresa municipal.

Conclusão

Com base no trabalho efetuado, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria descrita na secção Bases para a Conclusão com Reservas, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação económico-financeira financeira do período de seis meses findo em 30 de junho de 2018, da Cascais Dinâmica - Gestão de Economia, Turismo e Empreendedorismo, EM, SA, não está preparada, em todos os aspetos materiais, de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística.

Lisboa, 27 de julho de 2018



João Guilherme Melo de Oliveira, em representação de
BDO & Associados - SROC